

Alexandre Franco de Sá, *Ideias sem centro: esquerda e direita no populismo contemporâneo*, com prefácio de Jaime Nogueira Pinto. D. Quixote: Lisboa, 2020, 335 pp. ISBN: 978-972-20-7281-6.

1.

Em épocas de acentuado conflito político, certos termos acabam investidos de uma extravagante latitude semântica que os priva de qualquer utilidade denotativa, mobilizados que são não tanto para nomear as realidades que originalmente significavam (ou se prestavam a significar) mas antes para cumprirem uma dupla função, numa manifestação acabada das sabidas capacidades performativas da linguagem: posicionar o orador em relação às realidades que ele, com o uso do termo, quer cobrir (e que realidades são essas, não é, evidentemente, o termo que o determina, mas o falante) e concitar, em quem o escuta, um conjunto de reacções, eminentemente afectivas (e frequentemente negativas), em relação a isso a que ele aplica o dito termo. Nesta categoria estão hoje vocábulos como «neoliberal», «tecnocrata» (palavra esgrimida até à saciedade durante os chamados «anos da *troika*»), «socialismo» (com que certa direita aglutina formas políticas que vão desde a social-democracia europeia ao bolivarianismo venezuelano), «homofobia» ou, claro, «populismo». O facto de estes termos terem uma função mais polémica do que referencial no discurso público hodierno não quer dizer que não seja possível recuperar aquilo que queriam primeiramente (ou podem coerentemente) significar. Cabe justamente ao filósofo fazer aqui o trabalho socrático, basilar, de elucidação dos conceitos, certamente desconfortável para quem enche a boca com as palavras em questão e se serve delas não para tentar pensar, com a isenção possível, os fenómenos a que as aplica mas justamente o inverso: para desencorajar que se ouse sequer examiná-los sem preconceitos (mas também sem vassalagens).

O presente livro procura precisamente honrar essa missão nobre e malquista da filosofia investigando o último dos conceitos acima elencados, o de «populismo». A parcialidade no seu uso é evidente para quem siga com o mínimo de atenção o espaço noticioso e o comentariado nacionais, que situam o «populismo», no espectro político, maioritariamente (quando não exclusivamente) à direita. De forma tudo menos inocente, o termo começa crescentemente a ser preterido, ou, pelo menos, intercalado, com o de «extrema-direita», desprezando distinções analíticas mais finas como aquela ensaiada por Riccardo Marchi entre «direita radical» e «extrema-direita» em livro recente dedicado à encarnação mais visível, entre nós, deste populismo de direita (*A nova direita anti-sistema: o caso do Chega*, Lisboa, Edições 70, 2020). Neste contexto, o subtítulo da obra aqui sob análise – *Esquerda e direita no populismo contemporâneo* – é já em si mesmo uma tomada pública de posição fadada a gerar ondas de choque.

Esta não é a primeira vez que Alexandre Franco de Sá se debruça sobre o fenómeno do populismo, algo de que a própria obra é involuntária testemunha, produto que é da não aceitação, por pruridos políticos, de um *paper*, reproduzido em apêndi-

ce no livro, que foi submetido para publicação a uma revista internacional. Apenas alguns meses antes de *Ideias sem centro* chegar aos escaparates, o autor viu um texto seu sobre o mesmo assunto ser publicado no volume colectivo *Populismo e democracia* (Lisboa, Edições 70, 2021), quiçá o único título autóctone no nosso panorama editorial capaz de rivalizar, em qualidade e profundidade, com o seu ensaio. Já antes disso havia dado à estampa um artigo de relevo onde se surpreendem várias das ideias fortes que atingiriam a sua maturação plena na obra aqui em discussão.¹ Nesse mesmo ano (2017), recenseou para esta revista o livro *Le moment populiste*, de Alain de Benoist. Estamos, portanto, perante uma das vozes dentro da Universidade mais capazes de produzir pensamento original e bem fundado sobre o fenómeno dos populismos. Reconhecendo o apelo e urgência do tema, Franco de Sá preferiu o esparrilho dos códigos da escrita académica em favor de um registo ensaístico que lhe permitisse, sem adelgaçar o argumento, chegar a um público mais amplo, o dos leitores intelectualmente inquietos.

2.

O livro articula-se em três partes, sem que esta divisão atinja a unidade da exposição da tese do autor. A primeira parte («Adeus Lenine»), onde se concentram os capítulos filosoficamente mais densos, propõe um percurso pela história das ideias que vai de Hobbes, por meio do qual a noção de representação é catapultada para o centro da investigação, até à falência intelectual do marxismo clássico, que abriu as portas ao populismo de esquerda, objecto privilegiado da segunda parte («O charme discreto da burguesia»). A terceira («Gente vulgar») foca-se, como é fácil de adivinhar, no populismo de sinal contrário, interpelando-o para que realize as virtualidades que o autor nele divisa.

Seja-nos permitido resumir aqui com um pouco mais de detalhe a estrutura da obra. No primeiro capítulo, Franco de Sá começa por chamar a atenção para como a democracia liberal se funda simultaneamente no princípio da soberania popular e nesse feixe de ideias político-filosóficas que conhecemos sob o nome de «liberalismo», ao qual coube historicamente a tarefa de, pela sua insistência seja na separação dos poderes seja nos direitos subjectivos, refrear a deriva para o poder absoluto ínsita àquele. Os populismos devem ser entendidos como movimentos de resistência a este esforço «katechónico» do liberalismo no sentido de domesticar a vontade do povo (também por via da configuração organizada das opiniões por meio dos *mass media* e outros canais), reivindicando para este a soberania de que ele teria sido esbulhado. A este protesto subjaz necessariamente a ideia de que, contra o que o seu nome sugere, os representantes do povo – eles a quem é confiado o exercício do poder – afinal não o representam. Concluir daqui, porém, que o populismo é, pura e simplesmente, contrário à representação política e, mais amplamente, às instituições

¹ (2017), «Right Now: Temporality, Liberal Democracy, and Populism», *Estudos do Século XX* 17: 81-90.

é esquivar-se à partida à tarefa desafiadora de se adentrar na relação tensa aqui em jogo. Num certo sentido, todo o ensaio é uma tentativa de mostrar que é possível a *institutional turn* do populismo e que é justamente nela que reside, para este, a possibilidade de um futuro mais além do actual «momento populista».

Para introduzir complexidade nos diagnósticos simplistas que pintam o populismo como fundamentalmente oposto ao princípio representativo, forçoso é revisitar este último, cuidando, em particular, de diferenciar «representação» e «delegação» (cap. 2). Para tal, Franco de Sá detém-se sobre o cap. 16 do *Leviatã*, onde o primeiro dos dois conceitos recebe o seu baptismo filosófico no contexto da elaboração da doutrina hobbesiana da soberania. É em oposição a esta que Rousseau desenvolve a tese de que o povo, sujeito soberano, não pode ser representado por quem quer que seja de exterior a ele, cabendo-lhe o exercício imediato da soberania de que é o detentor (cap. 3). Nesta (podemos pensá-la assim) coincidência identitária entre representado e representante está, para Franco de Sá (que aqui segue de perto Claude Lefort), o germen de um poder totalitário, só evitável se o princípio da soberania popular for reinterpretado como negação da possibilidade de uma incorporação real do poder. Ninguém, em suma, pode pretender representar o povo, falar por ele. Rousseau respeita esta proibição, mas introduz a célebre (e maximamente problemática) figura do legislador, um poder opaco paralelo ao poder soberano a cujos portadores dá a conhecer a sua (sc. a deles) vontade, não necessariamente coincidente com a vontade fáctica de todos os membros do povo. Os não alinhados com a «vontade geral» precisariam de quem lhes mostrasse quererem afinal o que esta prescreve – e aqui surpreendemos o protótipo do intelectual militante, de que os jacobinos serão porventura a primeira encarnação histórica, um primeiro exemplo, para Franco de Sá, do populismo de esquerda, a que não faltou sequer a resposta de sinal contrário: a Vendaia.

O intelectual marxista, quadro pensante (mas não questionador) do Partido, constitui, contudo, a figura histórica privilegiada do legislador rousseauiano e a ele o autor dedica na íntegra o cap. 4, bem como à articulação deste com, por um lado, o Partido e, por outro, o proletariado, antecipação do povo por vir. É justamente a propósito do proletariado que Franco de Sá tece algumas das considerações mais interessantes deste capítulo, ao trazer ao de cima a forma como o marxismo vê o povo sempre cindido em dois: aquela parte do povo já desperta (ou passível de ser despertada, pelo labor do intelectual do Partido) para a sua missão histórica (o proletariado, justamente) e aqoutra parcela, a quem Marx dá o nome pejorativo de *Lumpenproletariat*, inapta para a revolução, antes mais predisposta a ser instrumentalizada pela reacção. Esta dificuldade em aceitar o povo real, o povo com os seus elementos mais conservadores, é uma das mais persistentes acusações que Franco de Sá dirige contra o populismo de esquerda. Este emerge do marxismo clássico a partir de uma progressiva perda de fé na centralidade, para o advento da revolução, do que eram os três pilares do projecto político comunista: a tabuada do materialismo histórico, o Partido e o proletariado (cap. 5). Evidentemente, o repúdio destes pontos por parte de alguns intelectuais proeminentes no curso do século XX forçou uma reavaliação

do próprio conceito de revolução, que deixou de ser pensada como um acontecimento para ser crescentemente imaginada como um processo e um processo sem termo.

Na segunda parte («O charme discreto da burguesia»), como já se disse acima, o autor detém-se sobre o populismo de esquerda, começando por clarificar a concepção de povo que lhe subjaz (cap. 6). O povo do populismo de esquerda revela-se o produto de uma relação de antagonismo que o antecede e constitui, e não qualquer coisa de identificável aquém desse conflito pela presença de determinada qualidade. A unidade que possa apresentar vem-lhe, pois, de fora; o povo só se deixa definir negativamente, como aquilo que não é aquilo a que se opõe (nessa oposição vindo ao ser, repetimos): a elite. Ele redundante, portanto, num significado em larga medida vazio, por meio do qual se acoplam indivíduos com demandas («causas», na linguagem política do dia) díspares que só por uma lógica de equivalência recíproca, que o autor detalha, podem ser enfeixadas para congregar numa «comunidade sem comunidade efectiva» (p. 140) aqueles que em alguma delas se revêem (cap. 7).

O líder populista de esquerda surge como a figura que concentra simbolicamente em si todas essas variegadas demandas; por via da conjunção destas na sua pessoa confere ao povo que representa a unidade de que este não dispõe. Ele distingue-se, por isso, de um outro tipo de líder, aquele que como que emana do povo (um povo, este, entendido como dotado da homogeneidade de que aquele imaginado pela esquerda populista carece) como instrumento humano pelo qual esse povo se governa a si mesmo e que, por isso, poderia, com propriedade, falar em nome deste, porque com ele se identifica. O líder populista de esquerda, para resgatar para si algo desta aura e não aparecer como alguém que exerce verticalmente o poder, tem necessidade de homogeneizar o povo disjunto que o segue, homogeneização essa que, dado o desejo de não reificar o povo a partir de uma qualquer propriedade substancial que todos os seus membros possuíssem, é operada ao nível ideológico, pela partilha de, sobretudo, uma mesma atitude e léxico, com o resultado de que à pluralidade do povo tal qual o populismo de esquerda o concebe, com a sua hidra de demandas diversas, não corresponde um verdadeiro pluralismo, i.e. uma variedade de opiniões e sentires (cap. 8).

Este nivelamento ideológico manifesta-se, *inter alia*, na adopção de um entendimento do mundo que o cinde irremediavelmente, como já o marxismo ortodoxo, entre opressores e vítimas, divisão de evidentes ressonâncias morais. Franco de Sá identifica dois tipos de vítima: o membro da minoria e o membro de uma maioria subjugada. Como paradigma do primeiro, temos o membro de uma minoria sexual e/ou de género; como representante por excelência do segundo, temos o colonizado. Os dois últimos capítulos desta segunda parte da obra vão versar, justamente, o conceito de género e o porquê da sua centralidade para o populismo de esquerda (ele reproduz, em si mesmo, a lógica equivalencial que estrutura este último) (cap. 9) e a relação colonial e sua utilidade para o projecto político em análise (ela oferece um esquema para pensar a situação do povo segundo o populismo: sendo a maioria, é a vítima) (cap. 10).

Franco de Sá, tal como começou o seu exame do populismo de esquerda com uma análise do conceito de povo que lhe subjaz e uma discussão da figura e papel,

naquele, do líder populista, inicia a sua exploração do populismo de direita indagando que imagem do povo está na base deste (cap. 11) e que tipo de líder nele encontramos (cap. 12). O povo do populismo de direita, essa «gente vulgar» que acaba por dar nome ao terceiro andamento da obra, é apresentado pelo autor como uma realidade pré-política, e isto no sentido de (i) ser anterior à divisão esquerda/direita – no que se contrapõe, claramente, ao povo do populismo de esquerda, cuja vontade profunda é pensada sempre, não obstante os factos, como alinhada com o preconizado pelos epígonos do legislador rousseauiano – e, mais importante ainda, (ii) anteceder a actividade política, pelo que este povo não é uma construção, não é um produto. Ele é uma comunidade – rejeita-se aqui a antropologia neoliberal (paradoxalmente suporte do populismo de esquerda) que decompõe a sociedade em indivíduos atomizados – e uma comunidade intergeracional: só pode ser concebido no tempo, numa relação com um passado aberta ao futuro.

Qual a natureza do líder que pretenda estar à cabeça deste povo? Para Franco de Sá, tal personagem, a quem incumbe fazer transitar para o domínio propriamente político o conservadorismo do povo pré-politicamente entendido, conheceu várias encarnações históricas pelas quais ele, em nome do povo, se esforçou, por via de uma acção vigorosa mas fundamentalmente reactiva, por salvaguardar a relação do povo consigo próprio: o César, o ditador, o caudilho, e o estadista (este último teria uma sua ilustração possível em Salazar). Os capítulos seguintes são essencialmente tentativas de afastar o que o autor entende serem certos mitos acerca, por um lado, do passado de Portugal, chamando a atenção para alguns entendimentos multiculturais do império que emergiram na fase final deste (cap. 13), e, por outro lado, das concepções populistas, à direita, do povo (cap. 14): contra um fantasmagórica compreensão identitária deste, Franco de Sá propõe encarar o povo sob o signo não da substância mas de uma outra categoria aristotélica, a que imprime um *twist* heideggeriano que a transforma: a relação (cap. 15).

3.

O pensamento de cada autor tem um passo e ritmo próprios, facilmente reconhecíveis por aqueles que tenham com ele alguma familiaridade. Quem já antes tenha lido Franco de Sá descobre em *Ideias sem centro* certos trejeitos mentais (usamos aqui o termo sem qualquer sentido negativo) que prontamente identifica com o autor – uma apetência para um ritmo triádico, a alavanca do *als ob* kantiano, as dialécticas presença/ausência, *ratio essendi/ratio cognoscendi* e autenticidade (*Eigentlichkeit*)/inautenticidade (*Uneigentlichkeit*) –, bem como alguns temas da sua eleição, e.g. a relação entre política e tempo, um dos filões que há muito ocupa Franco de Sá, que sobre ele tem escrito penetrantemente. É justamente pela sua diferente relação com o tempo, mormente (mas não exclusivamente) com o passado, que se abre para o populismo de direita, segundo o autor, uma hipótese de remição que o populismo de esquerda já alienou.

Já o dissemos e repetimos: o livro em análise constitui um dos esforços mais bem sucedidos de pensar os populismos hodiernos, mas sobretudo os de direita,

como qualquer coisa que não apenas um ataque de epilepsia das democracias liberais contemporâneas. Merece-nos especial elogio a maneira paciente como se traça a genealogia intelectual do populismo de esquerda, com uma opção clara e sumamente proveitosa por não resumir a discussão à parelha Laclau/Mouffe e por ir mais além do vulgar e batido diagnóstico segundo o qual os populismos indiciam uma crise do princípio representativo para surpreender antes o que, na maneira como este foi historicamente pensado, o abria já às tensões que hoje o dilaceram. Igualmente digno de destaque é o *tour de force* pelo qual Franco de Sá tenta demonstrar que as questões de género e a luta anti-racista não são causas acidentalmente privilegiadas pelo populismo de esquerda, antes se revestem para este de um interesse particular pelas razões acima muito sumariamente esboçadas (devemos acrescentar, porém, que, na discussão, Franco de Sá acaba por negar apressadamente demais a tais «demandas» substância, o que não invalida a sua crítica aos discursos que ofuscam a diferença entre o passado e presente nestas matérias). Nos capítulos relevantes, a insólita aproximação que o autor tece entre a discussão tomasiana em torno das espécies angélicas e o conceito de identidade de género (pp. 170-172) sobressai como peça de alta costura intelectual. Por último, sublinhe-se, na terceira parte da obra, o interessante exercício de arqueologia por meio do qual se resgatam algumas visões do antigo império português serodidamente elaboradas mas curiosas porque activamente desalinhas com o esperado (porventura também com a realidade no terreno), assim como a tentativa, condenada a ser treslada, de isolar o *proprium* do Estado Novo no contexto de outras experiências históricas dextro-populistas.

O livro possui ainda uma dimensão hortativa – outros diriam «moral» – que não deve ser secundarizada, pois que a *metanoia* (na linguagem falada de hoje: «mudança de *chip*») a que convida não é politicamente inocente. Franco de Sá lamenta repetidamente a preguiça mental (o termo é nosso, não do autor) dos populismos de esquerda; estes, na sua óptica, desistiram de atender à riqueza báquica do real, abeirando-se deste e, acrescente-se, da História com o espírito de Procrustes, armados do leito teórico em que os dados hão-de por força encaixar e o pensamento adormecer. Franco de Sá não se cansa de denunciar um fenómeno correlato: a emergência, na Academia e no espaço mediático, de uma disciplina linguística que visa, pelo verbo, recriar o mundo, condicionando a interpretação deste. Contra tais pressões, o autor quer enfaticamente reivindicar um espaço para um pensar outro – e outro em relação, antes de mais, a esse pensar que teima em se apresentar como outro –, interpelando-nos a pensar pela própria cabeça, «se necessário melindrando» (p. 7).

Para além disso (as duas coisas, na verdade, não estão desligadas), Franco de Sá insiste na necessidade de abandonar a abordagem moralista, tantas vezes maniqueísta, hoje prevalecente na política, acolhendo a lição de Schmitt: o adversário não tem de ser «mau»; trata-se simplesmente de alguém que pensa diferente. O confronto político deve ser esvaziado da postura cruzadística imperante, da lógica dicotómica mais própria dos filmes do faroeste. Por razões parcialmente resumidas acima, percebe-se que, para o autor, o populismo de esquerda sucumba mais facilmente à tentação de apresentar os conflitos políticos sob vestes morais, mas, de for-

ma muito honesta, Franco de Sá reconhece que os populismos de direita hodiernos, desenvolvendo-se como reacção aos de sinal contrário, flirtam com esse tipo de discurso, quando não o adoptam *tout court*, estratégia que terá o seu expoente máximo no populismo de direita brasileiro.

Não cremos, infelizmente, que este apelo sensato do autor a que se rejeite a diabolização dos adversários venha a encontrar eco. Uma recensão não é certamente o lugar apropriado a um diagnóstico da cena política actual, mas não nos parece haver incentivos eleitorais suficientes para que o populismo de direita não se precipite no alçapão moral de onde já há muito o populismo de esquerda perora. Se o tempo vindicar o nosso pessimismo, as possibilidades que Franco de Sá se esforça laboriosamente por apontar ao populismo de direita permanecerão apenas isso: possibilidades, e possibilidades cada vez mais remotas à medida que os projectos políticos reais que as poderiam cumprir delas desistam. Isto, contudo, em nada afecta o argumento do autor, que tem de ser elogiado por, ao arripio do discurso reinante, demonstrar que o populismo de direita não tem de ser aquilo que hoje é e que jazem nele, estremunhadas, virtualidades dignas de atenção.

Dito isto, finda a leitura da obra, permanecem connosco duas inquietações. Primeiro, não nos é claro que o retrato apresentado do populismo de esquerda não esteja algo enviesado, focando-se excessivamente nas suas manifestações académicas e nas várias lutas «contra-hegemónicas». Sendo inegável a adopção festiva destas últimas por parte dos populismos de esquerda, não nos é evidente que elas constituam o centro do discurso dos partidos que ocupam esse espaço político, seja em Portugal seja alhures. Franco de Sá, cautelosamente, evita identificá-los, mas supomos que concordaria em incluir nesse conjunto os membros fundadores da plataforma «Agora, o povo» (nome quintessencialmente populista). Lendo os programas eleitorais que dois deles prepararam para eleições decorridas/a decorrer este ano, o que sobressai é a «evolução na continuidade» em relação à tradição de pensamento político da qual eles emergiram – o marxismo clássico – e um consequente, e expectável, enfoque em matérias económicas, com propostas de nacionalização de vários sectores e serviços, medidas visando a «redignificação» do trabalho e a defesa de uma forte presença do Estado nos mais diversos campos. Em suma: parece-nos que o populismo de esquerda confere ao capital e às questões a ele associadas um insuspeitado destaque que não é suficientemente considerado por Franco de Sá.

A outra dúvida que nos assombra tem que ver com os termos da relação do intelectual com o passado. O autor, como já se disse, censura amiúde o credo progressista do populismo de esquerda: o «outro mundo possível» cujo advento este último se esforça por acelerar contrapõe-se violentamente àquele herdado das gerações anteriores, sem respeito pelas tradições e costumes da «gente vulgar». Pode, porém, o intelectual e, mais concretamente até, o filósofo adoptar essa atitude deferente (ou, pelo menos, conciliadora) para com o passado? Não estará ele condenado, em virtude da sua vocação, a preferir a verdade à tradição, fazendo coro com o Cristo de Gregório VII? Certo que, por razões de ordem vária, inclusive políticas, pode concluir ser mais sensato não afrontar as práticas estabelecidas e refugiar-se, por

exemplo, num discurso com dois níveis de leitura (como Strauss sugere ter sido longamente o caso no curso da história da filosofia), mas, no seu íntimo, ele será intrinsecamente revolucionário, só desistindo da revolução a contra-gosto, por mais que reconheça a necessidade racional dessa desistência. Mesmo que, prudentemente, procure manter um saudável cepticismo em relação à posse, por si próprio, da verdade última, dificilmente não alimentará o desejo de que a cidade se conforme ao que ele imagina ser a comunidade política bem ordenada, pouco importado com aquilo em que esta ordem possa colidir com a recebida. Em síntese: o desprendimento face ao passado manifestado pelo académico que se identifica com as causas do populismo de esquerda pode ser, do ponto de vista tático-político, um erro, por hostilizar aquela parte da população que quer preservar, para utilizar uma formulação colhida em Franco de Sá, a liberdade de imitar o costume, mas é difícil refrear essa liberdade radical em relação ao herdado, dado o compromisso de fundo que o intelectual assumiu para com o que entenda ser a verdade. Mais proveitoso nos parece, pois, repetir o apelo do autor a uma abordagem desempoeirada, sem pré-conceitos, ao real, que ele mesmo ilustra. Só assim, de facto, o dito compromisso tem valor e pode legitimamente obrigar a consciência.

João Diogo R. P. G. Loureiro

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos | Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Globais | Universidade Aberta

loureiro.joaodiogo@gmail.com

ORCID: 0000-0002-3609-0971

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_61_11